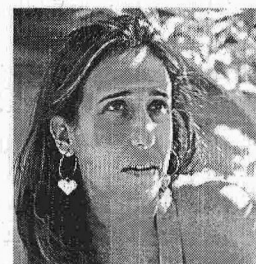


VOZ DAS RUAS



FOTOS: MINERVINO JÚNIOR

"A existência do Conselho é importante para a preservação da cidade. Precisamos de pessoas especializadas para cuidar disso."

Maísa Françaeres,
18 anos, estudante



"Acho um absurdo. A Câmara não tem a função de cuidar da área tombada de Brasília."

Cléber Menezes, 44 anos, empresário



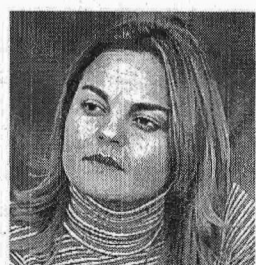
"Sou a favor da extinção. Esses conselhos normalmente engessam a cidade. Falta bom senso para administrar."

Alexandre Magno, 42 anos,
administrador de empresa



"Sou contra. Tem de existir um órgão para preservar a história e não só ganhar dinheiro com construções."

Keila Regina Medina,
27 anos, vendedora



"Sou contra. Acredito que a Câmara Legislativa não tem competência para cuidar desses assuntos. Eles não têm conhecimento de arquitetura. O Conselho é fundamental."

Maria Honorato,
26 anos, comerciante

■ Se projeto for aprovado, Roriz veta. Página 4

A CRONOLOGIA DA CRISE

22/06

■ É realizada uma comissão geral para discutir a atuação do Conpresb. Na ocasião, a conselheira Heliete Bastos, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, declara que a Casa é um "balcão de negócios", o que irritou os parlamentares.

23/06

■ Os distritais aprovam em primeiro turno, por 13 votos a favor e sete contra, o Projeto de Lei 1.058/04 que prevê o fim do Conpresb. Os deputados que votaram a favor se disseram ofendidos com a declaração da conselheira Heliete

24/06

■ Deveria ocorrer a votação em segundo turno do projeto, mas o pleito é adiado. O autor da proposta recua e admite que pode apresentar um substitutivo, alterando a natureza do conselho de deliberativo a apenas consultivo

■ No mesmo dia, o caso chega ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O presidente da instituição, Antônio Augusto Arantes, divulga nota oficial dizendo que a aprovação representa um retrocesso e uma visão limitada sobre a importância de Brasília como patrimônio do País.

E o arquiteto Oscar Niemeyer toma conhecimento do projeto e manifesta claro repúdio à iniciativa. Além disso, garante que pedirá ao governador Roriz que veto o projeto.

28/06

■ Segunda data para a decisão na Câmara Legislativa do destino do Conpresb. O autor do projeto original chega a apresentar o substitutivo, mas recua e pede a retirada da matéria da pauta de votações. Ao mesmo tempo, são apresentadas outras quatro emendas ao texto original. Diante das divergências até mesmo entre a bancada peemedebista, a votação é novamente adiada.

29/06

■ O Conpresb ganha o apoio federal. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, declara que é contra o fim do conselho, temendo retrocessos nas questões imobiliárias do Distrito Federal. A afirmação foi feita no Rio de Janeiro, onde Gil pretendia se encontrar com o arquiteto Oscar Niemeyer para discutir, entre outros pontos, a preservação de Brasília. O encontro não ocorreu. Niemeyer tinha outros compromissos.

PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO

■ 02/07/03 - Aprovação do texto de regulamentação do Plano Diretor de Publicidade (Lei Distrital 3.036), que resultou na alteração de alguns pontos da legislação

■ 27/11/03 - Aprovação do projeto da Cúria Metropolitana, de Oscar Niemeyer, ao lado da Catedral. A construção já está em andamento

■ 27/11/03 - Aprovação do projeto do Museu das Águas,

de Oscar Niemeyer, a ser construído no Parque da Cidade

■ 31/03/04 - Regulamentação dos estandes de vendas de empresas imobiliárias. A proposta aguarda análise da Procuradoria

■ 31/03/04 - Obrigação de construções de centrais de gás subterrâneas e padronizadas nos comércios locais. A proposta aguarda análise da Procuradoria



CEDOC

Defesa da preservação de Brasília levou o governador Joaquim Roriz a criar o Conpresb

Olho vigilante no uso do solo

O Conpresb tem como função principal analisar e deliberar sobre intervenções e outras iniciativas relacionadas ao uso e ocupação do solo na Área de Preservação de Brasília. Foi criado em 16 de janeiro de 2003, pelo governador Joaquim Roriz, para substituir o Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), órgão consultivo. O Conpresb é composto por 21 conselheiros, sendo cinco representantes do GDF e 16 da sociedade civil organizada.

As reuniões do Conpresb ocorrem mensalmente. Caso haja necessidade, são convocadas reuniões extraordinárias. As propostas apresentadas só são votadas se mais da metade dos conselheiros estiverem presentes. Quando aprovadas, o Conpresb encaminha as sugestões à Procuradoria-Geral do DF, que anali-

sa o trabalho e diz se ele precisa ser encaminhado à Câmara Legislativa ou ao Poder Executivo.

Heliete Bastos, presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul e conselheira do Conpresb, afirma que grande parte das deliberações do órgão não foram cumpridas. "Não me conformo com isso", reclama. Ela cita o exemplo de *outdoors* irregulares no Eixinho. "Todos os meses cobro o cumprimento disso nas reuniões do Conselho", afirma. "Na reunião de maio, sugeri que fizéssemos nova deliberação, diretamente à Secretaria de Fiscalização. Mas a presidente disse que não era necessário."

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação e vice-presidente da Conpresb, Ivelise Longhi, diz que as deliberações do Conselho estão sendo cumpridas. "Temos tramitações normais, por isso o cumprimento das deli-

berações não é imediato", esclarece.

Leonardo Prudente (PMDB), o deputado que propôs o fim do Conpresb, questiona a atuação dos conselheiros. "Convido a sociedade a

consultar as atas das reuniões para avaliar o trabalho deles", sugere. "Minha indignação é que eles demoraram três meses discutindo o tamanho do estande de vendas de uma imobiliária", critica.

O Conpresb é composto por 21 conselheiros, sendo cinco representantes do GDF e 16 da sociedade civil

64